

**Desafios para a implementação da rede de proteção à mulher no município de
Fazenda Rio Grande-PR**

Martiane Ferreira de Melo¹

Resumo: O presente trabalho foi parte dos resultados obtidos em uma pesquisa realizada no município de Fazenda Rio Grande-PR em 2017, no curso de especialização em Gestão Estratégica e Integrada de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, que teve como objetivo geral investigar quais são os fatores impeditivos para a construção e implementação da rede de proteção à mulher vítima de violência doméstica e de gênero no município, bem como verificar e analisar o entendimento dos atores e gestores públicos sobre o conceito de Rede de Proteção e os conhecimentos das Políticas Públicas à mulher, no sentido de verificar as potencialidades e fragilidades no que diz respeito à construção da rede de proteção e a existência de protocolos de atendimento, ações intersetoriais e articuladas. A metodologia adotada partiu do levantamento documental e bibliográfico, de dados e órgãos municipais e federais, através de pesquisa em normativas e legislação; de pesquisa das políticas públicas existentes para a proteção da mulher vítimas de violência no âmbito nacional, estadual e municipal para análise comparativa; A pesquisa teve caráter exploratório no sentido de buscar compreender quais os desafios para a construção e implementação da rede, sendo possibilitado através da aplicação de questionário aos gestores e profissionais pertencentes aos serviços de atendimento, levantando também o perfil dos entrevistados e identificando as potencialidades e fragilidades da rede apresentadas pelos mesmos; Para a análise de dados quantitativos e qualitativos utilizou-se a de análise de conteúdo.

Palavras-chaves: Rede de Proteção à Mulher; Políticas Públicas; Violência Doméstica e de Gênero.

Introdução

O presente trabalho é parte dos resultados de pesquisa realizada no ano de 2017 para a conclusão do curso de especialização em Gestão Estratégica e Integrada de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, tendo a Rede de Proteção à Mulher como tema. O interesse pelo estudo surgiu da observação do trabalho desenvolvido no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), órgão pertencente à política de assistência e que até o momento supre a demanda de atendimento de violência doméstica e de gênero no município de Fazenda Rio Grande-PR (FRG-PR) e da sua relação com os demais serviços de atendimento e proteção que a mulher recorre quando se encontra em situação de violação de direitos.

¹ Centro de Referência Especializado em Assistência Social- CREAS (Educadora Social Concursada). Bacharel em Direito (FARESC 2011). Especialista em Gestão de Projetos Sociais (Centro Universitário Barão de Mauá-2017). Especialista em Gestão Estratégica e Integrada de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social (Faculdades Futuro-2017) < martyane@hotmail.com >.

A pesquisa teve como objetivo geral *a investigação dos fatores impeditivos para a construção e implementação da rede de proteção à mulher vítima de violência doméstica e de gênero*, conceituando a Rede de Proteção em paralelo com o que se preconiza na Lei Maria da Penha, como forma de ampliar a análise sobre a Rede, assim tendo a possibilidade de identificar as potencialidades e fragilidades da mesma, no sentido da construção da rede de proteção. A primeira parte da pesquisa que não se apresentará aqui contextualizou a violência doméstica no tempo e espaço, com a observação de seus reflexos na sociedade, tendo como fundamentação teórica Safiotti, Minayo, Fraser, Murilo de Carvalho e Hirata.

Desta maneira, a presente pesquisa apresentará os resultados que se concentraram nos dois últimos tópicos (pesquisa documental, de normativas e entrevistas), que propiciaram um levantamento das políticas públicas existentes, a observação da importância da temática, bem como sua visibilidade e verificação se tais políticas fazem parte da agenda pública do município e do interesse dos gestores e se há protocolos de atendimento, ações intersetoriais e articuladas, também a análise da rede de proteção (órgãos e agentes) em consonância ao disposto nas leis e normativas nacionais.

A metodologia que foi adotada partiu do levantamento documental e bibliográfico, sobre políticas públicas e Rede de Proteção com objetivo no entendimento de sua ação no município; Bem como o levantamento de dados dos órgãos municipais, e federais e demais fontes de pesquisa para análise comparativa; Contou também com pesquisa exploratória no intuito de verificar a construção e os desafios de implementação da rede de proteção à mulher; pesquisa quantitativa e qualitativa por meio de questionários para coletas de dados sobre o entendimento dos gestores e profissionais pertencentes aos serviços de atendimento, para identificar as potencialidades e fragilidades da rede. Para as análises de dados quantitativos e qualitativos se utilizou a metodologia de análise de conteúdo.

Desenvolvimento

1 Apresentação dos dados da pesquisa

1.1 Panoramas nacional, estadual e municipal de leis e políticas públicas.

Realizou-se uma catalogação das Leis, Políticas Públicas e informações sobre o trabalho de proteção à mulher, nos âmbitos de seus direitos, cidadania e das discussões feitas sobre a questão de violência, saúde, trabalho, gênero, raça, entre outros. Além disso, procurou-se fazer um levantamento de forma comparativa, em todas as esferas de competência. Os dados foram extraídos do Site da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), e do Site da Prefeitura de FRG-PR. Uma vez que, o legislador da Lei Maria

da Penha procurou determinar e assegurar a forma de assistência que o poder público deve oferecer a mulher vítima de violência. Além de trazer a definição de violência, preconizou mecanismos para a implementação integral de políticas públicas “a serem adotadas pelos poderes públicos nas esferas federal, estadual e municipal.” (DIAS, p. 201).

No site da SPM, Curitiba conta com uma Secretaria Municipal Extraordinária, conforme decreto: 1635 de cinco de dezembro de 2013 e o Município de FRG-PR constam possuir uma Diretoria de Políticas Públicas para as mulheres, mas em decreto 4262, de 24 de junho de 2016 o cargo de diretoria foi extinto, por consequência a diretoria. Desta maneira, os dados apresentados pelo site não estão atualizados e FRG-PR aparece juntamente com mais 12 municípios do Paraná como tendo assinado o termo de adesão ao Pacto Nacional pelo enfrentamento a violência e ao programa Mulher Viver sem Violência; No âmbito legislativo de FRG-PR, realizou-se pesquisa com os verbetes: (Mulher 55 resultados; Violência 33 resultados; Violência Doméstica 4 resultados; Doméstica 7 resultados; Rede 338 resultados e Intersetorial 4 resultados.) Afim, de verificar leis e ou atos normativos existentes no município, tendo se destacado:

Lei n° 1122, de 14 de outubro de 2016, que cria a Patrulha Maria da Penha, **Lei n° 927** de 27 de dezembro que altera a **Lei n° 173/2003** de 8 de julho de 2003 que cria o conselho municipal dos direitos da mulher e o fundo municipal dos direitos da mulher, **Lei n°875** de 21 de dezembro de 2011 que autoriza a criação da secretaria da mulher, **Lei n°851/2011** de 7 de outubro de 2011 que autoriza a criação do centro de referência da Mulher e o **Decreto n° 3662** de 12 de maio de 2014 que institui a comissão da rede de proteção integral a família.

Verificou-se que em todas as esferas há um número significativo de leis e políticas públicas a serem implantadas. A Lei Maria da Penha, dá início a um conjunto de ações, tendo então o poder público que se adequar, criando seus mecanismos de prevenção e combate. Em nível nacional, o site da SPM apresenta uma série de elementos que instrumentalizam os estados e municípios e, como verificado na pesquisa, FRG-PR figura no site como possuindo ainda uma Diretoria de Políticas Públicas para mulheres, e possui um número significativo de leis e atos normativos de políticas que ainda não foram implementadas, valendo destacar *a criação da Secretaria da Mulher, a criação de um Centro Especializado de atendimento a mulher, e uma Patrulha Maria da Penha, dentre outros.*

1.2 Entrevistas- Análise de conteúdo

1.2.1 Metodologia

Os procedimentos metodológicos utilizados para a análise dos dados quantitativos e qualitativos da pesquisa foi o de “análise de conteúdo”, uma vez que, segundo BARDIN

(1977) apud BERELSON tal técnica faz a descrição de maneira objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo. (p.19) O método afasta a subjetividade e a interpretação leviana, pois permite a análise das comunicações, através das descrições dos conteúdos das mensagens, com a intencionalidade de “inferência” dos conhecimentos: “inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).” (p28-30)

A pesquisa qualitativa pode trazer respostas de uma maneira mais particular, assim satisfazendo, a pesquisa de âmbito social, que por muitas vezes não consegue ser quantificada, pois o campo de trabalho está repleto de significados (aspirações, crenças, valores, culturas, atitudes, classes e etc.), sendo então esse conjunto de fenômenos de natureza humana, parte da realidade social, assim “o universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos.” (MINAYO, 2009, p.21). Sendo então realizados na presente pesquisa a abordagem quantitativa e qualitativa, uma vez que possuem apenas diferenças de natureza e podem coexistir juntas sem ordem hierárquicas determinantes para o seu uso, pois na pesquisa quantitativa o pesquisador trabalha com estatística no intento de “criar modelos abstratos ou a de descrever e explicar fenômenos que produzem regularidades, são recorrentes e exteriores aos sujeitos”, por sua vez a pesquisa qualitativa, se atém ao “mundo dos significados”, precisando então ser interpretado pelo pesquisador, por se tratar de uma realidade não visível, e que precisa ser exposta. (MINAYO 2009 APUD MINAYO, 2006).

Deste modo tais procedimentos se adequam para a finalidade proposta da pesquisa, que se utilizou da coleta de dados por meio de entrevista social, instrumento de investigação de um problema específico. (MANZINI, 1991, p.150). Uma vez, que o objetivo geral da pesquisa foi verificar quais são os desafios para a implementação da rede de proteção à mulher no município FRG-PR. Assim, para o desenvolvimento da pesquisa foram listados os órgãos que devem compor a rede de proteção à mulher em comparativo com a cidade de Curitiba que já possui uma rede formalizada, com mais de 60 órgãos (fonte do site Bem Paraná). Desta listagem foram extraídos 23 órgãos presentes no município de FRG-PR, os quais se tornaram o objeto da pesquisa, tendo seus gestores, coordenadores e membros entrevistados.

Deste modo, foi realizada a aplicação de um questionário semi-estruturado, composto por 5 perguntas fechadas (quantitativas) e 7 perguntas abertas (qualitativas), sendo as primeiras assinaladas pelo próprio participante, e as demais respostas obtidas através de

respostas gravadas. O questionário foi aplicado no período de maio a junho de 2017, aos 13 participantes, sendo estes gestores de políticas públicas, coordenadores e representantes de órgãos, e profissionais e técnicos de referência, todos pertencentes a órgãos que deveriam fazer parte da rede de proteção, e que atendem a mulher vítima de violência doméstica e seus dependentes. Foram entrevistados 2 homens e 11 mulheres, com faixa etária entre 30 e 60 anos de idade. Dos entrevistados 11 possuem formação de nível superior e 2 de nível técnico-médio, lotados nas secretarias de Saúde, Educação, Assistência, Conselho de Direitos, Conselho Tutelar, Ministério Público e OAB. Os entrevistados não foram identificados por suas funções e ou órgãos que representam e nas análises por razões diversas e na apresentação dos dados serão identificados por letras de a até n. A análise dos resultados foi realizada mediante apresentação das falas dos participantes.

1.2.2 Apresentação dos dados coletados e categorias

Os entrevistados responderam as questões quantitativas, assinalando-as numa escala de 0 (para nenhum conhecimento) a 10 (para total conhecimento). A partir destas, avaliou-se o grau de conhecimento, consistindo em perguntas fechadas e perguntas abertas, onde foram feitos questionamentos para que os entrevistados respondessem de forma livre, sobre seu grau de conhecimento e entendimento. As 11 primeiras perguntas do questionário foram divididas em 5 categorias.

1.2.3 Primeira Categoria: Conhecimento da legislação- Normativa e políticas públicas à mulher vítima de violência.

Questão I: Conhece a Lei Maria da Penha? SIM () NÃO () *Para a questão I, com foram obtidos resultados entre grau 4 e 10 de conhecimento. Destes, 4 dos entrevistados se consideram com grau máximo de conhecimento enquanto o menor grau apresentado foi de 4 e diz respeito a somente a 1 entrevistado, entre os demais graus foram apresentados entre 5 e 9. Observou-se então que dos entrevistados, 10 se apresentam acima da média quanto ao grau de conhecimento sobre a Lei Maria da Penha, sendo apenas 3 com grau de conhecimento abaixo da média.*

Questão II: Já ouviu falar sobre o Pacto Nacional de Enfrentamento a violência contra a mulher? Conhece as políticas públicas destinadas para as mulheres? Acredita que sejam necessárias? (Pergunta aberta e gravada) *Nesta questão a maioria dos entrevistados relatou ter algum conhecimento, e apenas 2 entrevistados relataram não ter conhecimento algum ou terem ouvido falar sobre.*

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, consiste em um acordo entre governo federal, estaduais e municipais, para o planejamento ações articuladas e integralizadas de implementação de políticas públicas à mulher. (PACTO NACIONAL, p.11). Tendo o município de FRG-PR no ano de 2013, assinado o termo de adesão ao Pacto juntamente com 12 municípios paranaenses.

Quanto ao conhecimento das Políticas Públicas destinadas à mulher, os entrevistados ficaram livres para falarem sobre o nível de conhecimento, não estando limitados somente ao município, desta forma os resultados se deram: *7 entrevistados conhecem as políticas públicas em nível nacional, estadual ou municipal; 5 entrevistados conhecem as políticas públicas, mas não especificaram; E 1 entrevistado relatou não conhecer nenhuma. Porém 100% dos entrevistados relataram acreditar na necessidade e importância das políticas públicas destinadas para as mulheres.*

A primeira categoria demonstrou que a maior parcela dos entrevistados relatou conhecer a Lei Maria da Penha, mas ao serem questionados sobre o conhecimento de Políticas Públicas, alegaram ter conhecimento das políticas apenas em algumas esferas, outras não conseguiram demonstrar, e ou não conheciam. Tal resultado é significativo, uma vez que, a definição de Política Pública é “o conjunto de atividades do Estado tendentes a seus fins, de acordo com metas a serem atingidas. Trata-se de um conjunto de normas (Poder Legislativo), atos (Poder Executivo) e decisões (Poder Judiciário), que visa, à realização dos fins primordiais do Estado” (SMANIO, 2013, p.7), ou seja, a Lei Maria da Penha de 2006 e o Pacto Nacional de 2007, como políticas públicas, vieram dar norte para o que se realiza diante as ações referentes à mulher.

1.2.4 Segunda Categoria: Conhecimentos dos programas/órgãos e equipamentos específicos

Questão III: Tem conhecimento de programas específicos e/ou especializados na proteção a mulher vítima de violência no município? *Para a questão III, com relação ao conhecimento de programas específicos e ou especializados de atendimento a mulher, apenas 2 entrevistados relataram ter total conhecimento, e 5 entrevistados relataram não ter nenhum conhecimento, tendo 6 entrevistados apresentado grau entre 5 e 9 de conhecimento de programas específicos.*

Questão IV: Conhece todos os equipamentos que devem compor a rede de proteção a mulher? *Para a questão IV, com relação ao conhecimento sobre os equipamentos que devem compor a Rede de Proteção, apenas 1 entrevistado demonstrou não ter conhecimento sobre,*

4 entrevistados demonstraram ter total conhecimento sobre os equipamentos, 6 entrevistados acreditam ter um alto conhecimento com grau entre 8 e 9, enquanto outros 2 com menos de 6 graus de conhecimento.

Questão V: Existe alguma rede de proteção voltada para mulheres no município? () Sim () Não. Caso sim, quais equipamentos que são pertencentes à rede de proteção? (Pergunta aberta e gravada) *Para questão V, ao ser perguntado aos entrevistados sobre a existência de alguma Rede de Proteção voltada às mulheres no município, 46% responderam não ter nenhuma rede de proteção voltada as mulheres, e 54% demonstraram não ter certeza sobre a existência de fato de uma Rede, desta maneira não se obteve nenhuma resposta sim. E dentre os que relataram não existir uma rede de proteção específica à mulher, 2 apresentaram ter conhecimento de uma rede geral de atendimento à família, 4 relataram apenas não ter. Dentre os que demonstraram não ter certeza em relação à existência de uma rede, 3 relataram total desconhecimento, 1 relatou haver discussões sobre a rede, mas não demonstrou certeza se existe ou não, 1 relatou haver uma rede, mas não soube informar se era específica e 2 mencionaram a rede geral, mas não foram específicos.*

Na questão V, na segunda parte do questionamento, os entrevistados ficaram livres para listarem o conhecimento dos órgãos que compõem a rede de proteção, seja a geral, como mencionado por eles, ou até mesmo órgãos que acreditam fazer o atendimento à mulher vítima de violência no município.

A segunda categoria demonstrou que maior parcela dos entrevistados relatou ter conhecimento de algum programa específico ou especializado de atendimento, e que também possui conhecimento dos equipamentos e órgãos que devem compor uma rede de proteção à mulher vítima de violência. Os entrevistados na segunda parte do questionamento foram indagados sobre os órgãos que em tese comporiam uma rede de proteção à mulher caso ela existisse de maneira formalizada, alguns entrevistados apresentaram órgãos já existentes no município, porém maioria listou órgãos não especializados: *1 entrevistado relatou a importância do Conselho da mulher, no sentido de articulação da rede, 1 entrevistado mencionou a Diretoria de Políticas Públicas para as mulheres, no entanto inexistente desde junho do ano de 2016, conforme Decreto nº4262 de 24 de junho de 2016. Assim tendo 6 entrevistados mencionado o CREAS como um órgão de atendimento especializado a mulher, e 1 entrevistado mencionado a importância da criação de uma Secretaria Municipal da Mulher e a importância da parceria com as Comissões de Direitos Humanos da OAB-PR.*

Verificou-se então, que apesar de grande maioria relatar conhecer os órgãos específicos e que deveriam compor a rede de proteção, que uma parcela mínima possuía o

entendimento dos órgãos especializados e específicos, confundindo com os não especializados, assim não havendo a menção a órgãos e ou setores especializados de atendimento como: *Delegacia da Mulher, Centro de Referência de Atendimento a Mulher, Casas de Acolhimento, Juizado Especial de Violência Doméstica, Núcleos de Defensoria Pública, centro de educação e reabilitação para agressores e demais órgãos necessários, como preconiza a Lei Maria da Penha em seu artigo 34 e diante e o Pacto Nacional de Enfrentamento através de seus eixos estruturantes.*

1.2.5 Terceira Categoria: Conhecimento do conceito de Rede de Proteção.

Questão VI: O que você entende por Rede de Proteção? (Pergunta aberta e gravada)

Para a questão VI, os entrevistados foram indagados sobre o entendimento sobre rede de proteção, assim será apresentado uma lista dos principais verbetes, substantivos e ou frases extraídas das respostas, e o conceito de rede de proteção apresentado por Carvalho (2010).

Rede de proteção segundo os entrevistados é: “Solução; Grande estratégia; Funcionamento; Construção; Formalização; Efetividade; Trabalho de proteção, que abrange outras áreas, trabalho de defesa de direitos, proteção que abrange todas as secretarias; Personalidade; Praticidade; Junção; Rede de pessoas; Conjunto de Pessoas; Serviços, trabalhos, ações articuladas; Atendimento, ações e órgãos integrados; Mecanismos; Mitigação de direitos violados; Teia; Cobertura; Ação de prevenção, reparação e acompanhamento; Rede interdisciplinar e intersetorial; Quando o todo se envolve pra desenvolver ações, ou atendimentos específicos necessários; união entre os vários departamentos; própria família, com a conscientização; Suporte; Amplo.”

Rede de proteção segundo Carvalho (2010) é, um conceito contemporâneo e atual, que sugere transformação na gestão pública social, pois “introduz novos valores, habilidades e processos, necessários à condução do trabalho social numa realidade complexa”. É a representação das variadas relações e conexões de um ambiente complexo, que representam o comportamento da sociedade, podendo ser denominada de uma “sociedade-rede”. (p8) E como visto nas respostas dos entrevistados, verificou-se que os mesmos acreditam na importância do trabalho em rede, apresentando-as como meio de solucionar situações complexas, através do funcionamento, da construção, formalização e efetivação do trabalho de proteção, de forma abrangente e que agrega outras áreas, setores e ou pessoas.

O trabalho e ou a ação em rede proporciona uma totalidade, a união do que se está fragmentado, pois “exige apreender a realidade social e nela agir como um complexo, um todo que é tecido junto. Impõem uma perspectiva que integre, organize e totalize. ” (CARVALHO, 2010, p8 apud NOGUEIRA, 2001, p35). Portanto, nas respostas dos entrevistados, *a união, junção, a integralidade, o conjunto ou rede de pessoas, a rede*

interdisciplinar e intersetorial foram mencionadas por mais de um entrevistado repetidamente, trazendo de fato o entendimento do conceito de rede.

Assim a comunicação e a articulação são elementos indispensáveis para a ação em rede de proteção, pois “costuram a oferta de oportunidades e de acesso a serviços e relações no território; conjugam e integram a população-alvo a uma cadeia de programas e serviços ligados entre si”, desta forma as ações impedem o isolamento e possibilita as ações de intervenção inclusivas e agregadoras de todas as áreas. (CARVALHO, 2010, p.8-9) *Desta maneira verificou-se que 100% dos entrevistados compreendem o conceito de Rede de Proteção e verificam a sua importância.*

Questão VII: Existe uma rede de atendimento e rede de enfrentamento município? (Pergunta aberta e gravada) *Para questão VII, onde o questionamento tratou sobre a existência de uma Rede de atendimento e de Rede de enfrentamento, nenhum dos entrevistados soube afirmar ter conhecimento sobre, tendo 54% respondido que não existe rede de atendimento e ou rede de enfrentamento no município e 46% não ter certeza da existência de ambas as redes, ou do que elas se tratavam.*

Entende-se por rede de enfrentamento todas as ações articuladas dos serviços existentes que promovem um plano de prevenção por meio das políticas públicas, diferentemente de rede de atendimento que é por sua vez a relação dos conjuntos de serviços intersetoriais (assistência, saúde, justiça, segurança, educação) (p.18) Assim, a rede de enfrentamento objetiva os quatro eixos presentes na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, no que diz respeito ao combate, prevenção, assistência e garantia de direitos, sendo a rede de atendimento parte da rede de enfrentamento, no que concerne a assistência. (Cartilha da União Brasileira de Mulheres-UBM)

Por sua vez 8 entrevistados apresentaram respostas confusas a respeito da Rede de enfrentamento e rede de atendimento e 5 relataram desconhecer.

Respostas dos entrevistados: a) “Dentro do município a gente tem a rede de atendimento, que eu acredito que sejam todos os equipamentos públicos, principalmente da assistência e da saúde (...). E a rede de enfrentamento eu acho que deveria ser alguma coisa relacionada à rede de proteção, mas eu acho que a rede de enfrentamento está bem precária, a gente realmente não tem, pelo menos eu não vejo.” b) “De atendimento nós conhecemos, de enfrentamento o único que eu conheço mesmo que faz que trabalha com políticas públicas de prevenção é o CREAS e o CRAS dentro do serviço de convivência.” c) “No município? “Não, a não ser, e sim quando o CREAS desenvolve em parceria algum atendimento e atividades relacionadas a esse público” d) “Rede de atendimento, como te falei. Tem a rede de atendimento só que rede de enfrentamento seria mais em relação a serviços eu entendo, mas não é muito divulgado isso, por mais que a gente esteja na rede, e a rede ela composta por diversas políticas públicas, a gente não sabe quais são os serviços.” e) “Enquanto Rede é o que eu estava dizendo na resposta anterior,

ela não existe instituída, este é um desafio para que a gente possa realmente instituir uma rede de atendimento e uma rede de enfrentamento a violência contra a mulher, existem serviços, você participa de um dos equipamentos que é o CREAS, mas a gente sabe que na saúde têm que desenvolver, na educação tem que se desenvolverem, provavelmente eles o desenvolvem, mas não se tem a concepção de rede e de integralidade, ou seja, todo mundo está fazendo e de repente a gente não está fazendo justamente por não ter uma rede, então institucionalmente não existe rede de atendimento e nem de enfrentamento.” f) “Desta perspectiva que eu te expliquei da rede de proteção, que a gente está falando agora, nós temos equipamentos que acabam isoladamente nesta questão de enfrentamento e atendimento a mulher vítima de violência, então nos falta, e eu acho que é até a pergunta 10, nos falta um protocolo de atendimento, então o que, que acontece nós temos pontos de atendimento, que infelizmente e não necessariamente vem se configurando como uma rede, porque eles não estão com aquele fluxo, com aquele protocolo de trabalho que nos tranquiliza.” g) “Rede de atendimento existe, mas não específica, mas existe rede de atendimento e enfrentamento no meu entendimento, daí seriam as específicas ligada a saúde, as segurança pública, questão de juizado específico para esse atendimento, então eu acredito que esses específicos no município não têm e dificultam bastante o trabalho.” h) “Com esse nome rede não, nem tanto um como o outro. Mas que eu acredito que aconteça o atendimento e o enfrentamento sim.”

Nesta categoria todos os entrevistados demonstraram ter entendimento sobre o conceito de rede de proteção, sua importância e sobre o seu trabalho, por sua vez, ao serem indagados quanto a existência de uma rede de atendimento e uma rede de enfrentamento, uma grande parcela apresentou respostas confusas, não sabendo diferenciá-las, ou dizer qual acreditavam ter no município, ou confundindo a rede com órgãos e ou setores com trabalhos isolados, 5 entrevistados apenas disseram não ter conhecimento da existência das redes, assim não demonstrando ter conhecimento ou não sobre a diferenciação de ambas as redes, estas que se constituem importantíssimas, onde a rede de enfrentamento é aquela contemplada pelo Pacto Nacional que apresenta o plano norteador para a criação, implementação e efetivação das políticas públicas, tendo então a rede de atendimento como parte no que consiste ao tocante à assistência. (Pacto Nacional, 2011)

1.2.6 Quarta Categoria Importância do trabalho em Rede

Questão VIII e IX: Acredita ser importante o trabalho articulado? Acredita ser importante a Intersetorialidade e a Multidisciplinaridade nas ações desenvolvidas pela rede de proteção?

Em políticas públicas a interdisciplinaridade é denominada como intersectorialidade, que consiste na articulação entre os diversos saberes e experiências de maneira interdisciplinar, na finalidade de planejar, avaliar e realizar programas e projetos. (GUARAJU p.3 apud INOJOSA, 2011, p.105). Assim mantém-se a natureza de cada setor, objetivando a troca de experiências e conhecimentos para os trabalhos em comum, **articulados** de alta complexidade

e de ordem social, na busca de resultados integrados. Tal trabalho aponta para a rede, para a conexão entre os órgãos, equipamentos e setores envolvidos, de forma interdependente e complementar, assim faz-se importante conhecer o trabalho em rede para desenvolver um planejamento das ações entre os diversos setores, e compreender a dinâmica do processo. (p3-6) Por sua vez, a interdisciplinaridade é confundida com a multidisciplinariedade, que “significa a justaposição de diferentes campos de saber para a realização de determinado trabalho sem que as disciplinas envolvidas se transformem ou sejam enriquecidas por outra e sem que haja coordenação do trabalho em equipe”. (FERRO, et al, 2014, p130)

Nesta categoria 100 % dos entrevistados relataram a importância da interação entre os órgãos, através do trabalho intersetorial, interdisciplinar e multidisciplinar. No entanto, em outras categorias demonstraram não ter conhecimento dos órgãos específicos e especializados de composição da rede de proteção, confundindo também os conceitos e entendimentos de rede de atendimento e rede de enfrentamento, que estão presentes no Pacto Nacional pelo enfrentamento a violência que por sua vez, relataram ter um bom conhecimento.

1.2.7 Quinta Categoria: Efetivação das Políticas Públicas e da Rede de Proteção à Mulher vítima de violência doméstica

Questão X: Existe algum tipo de protocolo de atendimento a mulher vítima de violência no município? (Pergunta aberta e gravada) *Para questão X, 6 entrevistados relataram que o município não possui um protocolo definido de atendimento, 6 entrevistados demonstraram não ter certeza quanto ao que consiste o protocolo, bem como de sua existência, apresentando respostas confusas, ou apresentando o CREAS como um órgão que possui um protocolo.*

a) “Eu acredito que existe, mas se eu falar pra você que existe um setor específico que é pra isso, para atendimento a mulher vítima de violência não existe que eu saiba não existe (...) o CREAS ele tem o seu protocolo de atendimento, na saúde eles também tem um procedimento, esse protocolo, mas assim um setor específico pra isso não. Eu acho que não. ” b): “Protocolo se existe eu nunca tive acesso, porém eu sei que existe a demanda e um fluxo de atendimento, porém eu não sei, se protocolizado. ” c) “(...) no CREAS tem protocolo pra atender a mulher, mas isso ainda está muito solto, a gente tem que construir isso um protocolo de forma a institucionalizar uma rede de atendimento ou de enfrentamento da proteção à mulher. ” d) “Não. Eu acredito que não, embora chega na delegacia, vai direto pro CREAS, não há um atendimento assim, eu entendo por protocolo quando você humaniza também o atendimento” e): “Acredito que através do CREAS.” f) “Então o protocolo é mais relacionado ao CRAS e ao CREAS, daí eles fazem um trabalho lá voltado a essas especificidades.”

Apenas 1 entrevistado relatou conhecer um protocolo, dentro de seu setor de atuação e específico de sua área, 1 relatou ter ouvido discussões sobre a construção de um protocolo.

a) “eu participei do comitê de saúde mental, e ali foram passadas algumas orientações, não só em relação a mulher, a violência contra a mulher, mas eu acho que pode ser um ponta pé inicial para que a gente consiga implantar este protocolo, mas eu vejo que não tem. b) “Sim, temos. Dentro da saúde a gente tem todas as etapas que a gente tem que seguir, se chegou uma mulher vítima de violência a gente sabe, eu tenho que encaminhar pro hospital de referência, tem o centro de orientação e aconselhamento, dependendo se foi uma violência sexual, se foi uma violência física, a gente tem o passo a passo. Acredito que talvez a gente precise mais educação permanente, das pessoas que estão lá na ponta saberem melhor o que fazer quando a gente recebe uma mulher vítima de violência, mas o protocolo existe.”

O Pacto Nacional em seus eixos reforça o disposto na Lei Maria da Penha, sobre a importância da criação de protocolos, e fluxos de atendimento a mulher, a fim de humanizar os atendimentos, bem como o programa “Mulher Viver sem Violência” que apresenta as diretrizes para os protocolos de atendimento da “Casa da Mulher Brasileira.”*. Desta maneira, verificou-se que entre a maioria dos entrevistados houve uma confusão quanto ao conhecimento de protocolos, bem como de sua existência e natureza.

Questão XI: Quais seriam os principais desafios para construção da rede de proteção a mulher vítima de violência? Dentre as respostas, algumas palavras foram recorrentes: sensibilização dos agentes, a falta de articulação, a questão ou problema social, conscientização da sociedade e do poder público e a necessidade da existência de empatia dos gestores públicos com o tema.

Dos entrevistados 1 mencionou o machismo e o patriarcado, citou a criação de uma “Secretaria Municipal” específica, que segundo o entrevistado, seria “importante para fazer esse trabalho social de conscientização”. Em relação ainda a conscientização, foi relatado à necessidade de entendimento e importância do trabalho em rede.

Como desafio também foi mencionada a inexistência de um protocolo e de um fluxo de atendimento, “o maior desafio é formalizar, é protocolizar”. Também houve menção a palavra debate, como instrumento para a conscientização dos órgãos intersetoriais e da sociedade. Dos entrevistados 1 mencionou como desafio a própria questão de emancipação da mulher. Outro que o maior desafio além da “conscientização é a questão social que é profunda

*<http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/diretrizes-gerais-e-protocolo-de-atendimento-cmb.pdf>

e que tem que haver a união de várias entidades da sociedade civil e mesmo do Estado para tentar mudar essa realidade”.

Dos entrevistados 2 mencionaram a questão de conhecimento das políticas e questão de investimento “envolve documentos, a questão de recursos financeiros (...) seriam os recursos mesmo que o município oferece”. Ainda foi mencionada a falta de conexão da rede, o não entendimento das ações integrais e da importância de cada órgão ou setor e de que seu trabalho não deve ser isolado, a quebra de paradigma, “o principal desafio é a sensibilização dos próprios atores que constituem essa rede, dos técnicos, a conscientização da importância deste trabalho intersetorial e multidisciplinar”; A falta de comunicação entre os gestores, os profissionais e equipamentos “os nossos gestores públicos ainda enxergam as políticas públicas individualizadas”, “os equipamentos públicos não se comunicam”.

Ainda quanto à gestão, foi mencionada a questão de interesse público “querer fazer”, “ter uma gestão que queira ter isso no município”. Por fim, alguns abordaram questões que fugiam do questionamento principal que era o desafio para a construção da rede, como a questão da divulgação dos trabalhos existentes “ser mais divulgado”, o “ciclo de violência”, que por sua vez só poderá ser quebrado quando houver existência de uma rede, sendo então este um desafio no que diz respeito ao enfrentamento a violência e não a construção de uma rede de proteção, a questão do tratamento dado à mulher vítima de violência dentro do equipamento público que também consiste num desafio que tem possibilidades de superação quando houver uma rede instituída e com um protocolo e fluxo de atendimento formalizado, e também como desafio, mas que também constitui uma ação após rede construída, a criação de um centro de atendimento e acolhida para a mulher vítima de violência.

Na quinta categoria verificou-se que os entrevistados não possuem um entendimento claro quanto ao protocolo de atendimento de rede à mulher, relatando desconhecimento e ou incerteza de sua existência em FRG-PR, uma vez que o protocolo é um instrumento importante da rede, para definição de um fluxo de atendimento. No segundo questionamento feito na categoria, verificou-se que os desafios apresentados foram muitos, e teve como unanimidade a questão da falta de articulação, a dificuldade do trabalho intersetorial e integrado, a própria visão da importância do trabalho de rede e do sentimento de pertencimento da rede. Verificou-se nessa categoria, que os entrevistados acreditam ser importante a formação e o trabalho em rede, no entanto, não possuem entendimento do protocolo, dos fluxos, confundindo os papéis dos órgãos, vendo os protocolos de maneira individualizada.

Desta maneira, verifica-se que a sensibilização se faz necessário, pois a Lei Maria da Penha por si só, não dá conta da problemática que se constitui a violência doméstica, sendo necessária a adoção de políticas públicas, que abarquem a questão social e rompam o ciclo de violência perpetuado pelo patriarcado e machismo. É necessário a constituição de órgãos e instrumentos de proteção a mulher, que materializem o que a lei propõem, “Assim, indispensável à implementação de uma Ação de Políticas Públicas voltada a alcançar os direitos sociais e fundamentais de todos os cidadãos, incluindo, em especial, as mulheres vítimas de violência doméstica.” (DIAS, 2012, p.200) Deste modo, a Lei Maria da Penha, impõem mecanismos de repressão a violência, através da condicionalidade de “implementação integral” de seus mecanismos, enumerando as providências que os poderes públicos (federal, estadual e municipal) devem adotar, sendo uma delas prevista no art. 8, VI, que é a “celebração de convênios, protocolos, termos e outros instrumentos” (p.201) (grifo nosso)

Considerações finais.

A rede de proteção possui papel fundamental no que diz respeito ao atendimento oferecido à mulher, pois é através dela e de sua articulação, que a mulher pode se empoderar e romper com o ciclo de violência vivido, tendo a Lei Maria da Penha instrumentalizado o poder público em suas competências, e condicionando à criação, implantação e implementação de políticas públicas de rede e intersetoriais, fundamentais para o enfrentamento da violência.

No entanto, observou-se que no município de FRG-PR há muito para se avançar, pois os desafios para a construção da Rede de Proteção são muitos, perpassando a: *falta de comunicação e articulação entre os gestores e equipamentos públicos, a própria percepção da noção do trabalho em rede, a questão de pertencimento, as ações isoladas, a falta de interesse, observado no desconhecimento de alguns conceitos e ou das próprias políticas públicas já existentes, em todas as esferas, mas, sobretudo no que se destacou, nas políticas que o próprio município já possui.*

A pesquisa foi realizada no intuito de identificar as potencialidades e fragilidades do município, e nessa seara, observou-se que a maior potencialidade encontra-se no profissional atuante da rede, sobretudo daqueles que possuem certo grau de conhecimento e entendimento de rede e o socializa, no entanto as fragilidades demonstraram-se significativas, uma unanimidade de entrevistados declarou ser importante o trabalho em rede e articulado e acreditam na força do trabalho intersetorial, observam a violência como uma questão social a

ser resolvida, no entanto, entre os entrevistados, poucos apresentaram “soluções” plausíveis e condizentes com a realidade do município, verificou-se o “querer fazer”, mas sempre aguardando que “o outro faça”.

A proposta inicial da pesquisa era entrevistar 24 órgãos que em tese comporiam uma rede de proteção, todos não especializados, pois se verificou que FRG-PR não possuía órgãos especializados. No entanto dos 24 órgãos convidados à entrevista, apenas 13 foram entrevistados, considerando a questão de incompatibilidades de agendas, a falta de retorno, ou até mesmo a falta de interesse para a contribuição com a pesquisa, sendo isto considerado um dos problemas da pesquisa, outro ponto relevante, foi a questão do tempo limitado, não podendo ser todos os dados coletados explorados. Por sua vez, a proposta inicial do trabalho foi alcançada, pois os entrevistados contribuíram para com o questionamento, que consistia nos desafios para a construção da rede de proteção, tendo então a pesquisa possibilitado o debate sobre o tema, além de apresentar através da pesquisa, políticas públicas já existentes no município de FRG-PR e que precisam apenas ser implementadas, através da articulação dos gestores, e equipamentos públicos.

Ressalta-se que no início do ano de 2018, a Diretoria de Políticas Públicas para as mulheres foi reativada, houve a criação da Secretaria da Mulher e está havendo articulações para a criação da Patrulha Maria da Penha. A Secretaria até o momento vem no intuito de ser articuladora e não executora, pois está em fase de construção, uma vez que ainda não se tem delimitado e formalizado um fluxo de atendimento e não se possuem órgãos específicos.

E por fim, como grande desafio, além da articulação e da intersetorialidade tão mencionada, é importante ressaltar o “querer fazer”, pois as políticas públicas já são existentes, precisam apenas serem implantadas, implementadas e efetivadas.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1977.

DIAS, Maria Berenice. *A lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

SMANIO, Gianpaolo Poggio; BERTOLIN, Patricia Tuma Martins (Org). *O direito e as políticas no Brasil: Legitimidade Jurídica das Políticas Públicas: a Efetivação da Cidadania*. p.8-9. São Paulo: Atlas, 2013

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. *Coleção temas sociais* 29.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C de S. Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência e Saúde Coletiva*.

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

v. 10, n.1, p. 23-25, 2005

MINAYO, M.C de S; SOUZA; E.R de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*. v.4 (3), p.513-531, 1998.

CARVALHO, D.J. A conquista da cidadania feminina. *Revista Multidisciplinar da UNIESP- Saber Acadêmico* n.11, p. 143-153, 2011.

UBM, União Brasileira das Mulheres. *Cartilha mulher protagonistas da sua própria história*.

FERRO, Luís Felipe; SILVA, Emelin Cristina da ; ZIMMERMANN, Ana Beatriz; CASTANHARO, Regina Célia Titotto ; OLIVEIRA, Fernanda Rodrigues Leite de. Interdisciplinaridade e intersetorialidade na Estratégia Saúde da Família e no Núcleo de Apoio à Saúde da Família: potencialidades e desafios. *O mundo da Saúde*, São Paulo, 2014. Disponível em: < https://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/155562/A01.pdf >. Acesso em 28 maio 2018

GARAJAU, Narjara. Reflexões sobre a intersetorialidade como estratégia de gestão social. *Artigo apresentado no III Simpósio Brasileiro de Assistentes Sociais*. Belo Horizonte. Disponível em: < <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simpósio/REFLEX%C3%95ES%20SOBRE%20A%20INTERSETORIALIDADE%20COMO%20ESTRAT%C3%89GIA%20DE%20GEST%C3%83O%20SOCIAL.pdf> >. Acesso em 28 maio 2018

MANZINI, E.J. A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v.26/27, 1990/1991, p.149-158 Disponível em: < <http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/manzinisaopaulo1990.pdf> > Acesso em 28 maio 2018

Lei nº11.340 de agosto de 2006. *Lei Maria da Penha*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm . >. Acesso em 28 maio 2018

Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres. Disponível em < <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional> . > Acesso em: 28 maio 2018

Rede de Enfrentamento: à violência contra as mulheres- (SPM-PR). 2011. Disponível em < <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento> > Acesso em: 28 maio 2018

Secretaria reúne instituições de atendimento à mulher. *Site Bem Paraná*. Disponível em < <https://www.bemparana.com.br/noticia/secretaria-reune-instituicoes-de-atendimento-a-mulher--> > Acesso em: 28 maio 2018

Site Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. Disponível em < <http://www.spm.gov.br/> > Acesso em: 28 maio 2018

Site Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande. Disponível em: < <http://www.fazendariogrande.pr.gov.br/> > Acesso em: 28 maio 2018